

GUERRAS CULTURAIS, FUNDAMENTALISMO EVANGÉLICO E NEOLIBERALISMO:

a situação das minorias sexuais em contextos africanos

Caterina Alessandra Rea

Resumo

Pesquisas recentes têm mostrado a expansão das guerras culturais norte-americanas para o continente africano e o impacto deste processo na “politização da sexualidade” (KAOMA, 2014). Kapyra Kaoma discute, nesta linha, o fenômeno da proliferação de igrejas evangélicas em muitos países da África de ex-colonização britânica. Tais igrejas, muitas das quais oriundas dos Estados Unidos, seriam animadas por uma agenda ultraconservadora em matéria de gênero e sexualidade e baseadas na hostilidade às pautas feministas e dos direitos sexuais. Para isso, discutiremos o termo *guerras culturais*, sua utilização e seu significado no contexto político norte-americano e como estratégia da direita cristã. Também, visamos a fornecer uma compreensão mais ampla do perfil da direita cristã norte-americana e de suas principais agendas políticas, nos Estados Unidos e na África. A tese das guerras culturais e de sua expansão para o continente africano deve, porém, ser complementada pela consideração dos impactos políticos e econômicos do neoliberalismo, em muitos dos países tocados pelas ondas de pânico moral e homofobia, como nos indicam os textos de Amar Wahab e Rahul Rao. Afirmamos que a tese da globalização das guerras culturais e a tese da implicação do fator neoliberal na produção da homofobia são teses complementares e não excludentes. E é assim que tentaremos apresentá-las neste texto.

Palavras-chave: contextos africanos; dissidência sexual; fundamentalismo evangélico; guerras culturais; neoliberalismo

CULTURE WARS, EVANGELICAL FUNDAMENTALISM AND NEOLIBERALISM:

the situation of sexual minorities in african contexts

Abstract

Recent research has shown the expansion of Culture Wars to African continent and the impact of this process the “politicization of sexuality” (KAOMA, 2014). Kapyra Kaoma discusses, in this line, the phenomenon of the proliferation of evangelical churches in many African countries, especially, from ex-British colonization. These churches, many of which come from the U. S., would be animated by an ultra-conservative agenda on gender and sexualities and based on hostility to feminist and sexual rights issues. We will, thus, discuss the term *Culture Wars*, its use and meaning in the U. S. political context and as a strategy of the Christian Right. We also aim to provide a broader understanding of the profile of American Christian Right and its main political agendas in the United States and Africa. The thesis of Culture Wars and their expansion to the African continent must, however, be complemented by considering the political and economic impacts of neoliberalism, in many of the countries which have been touched by waves of moral panics and homophobia, as Amar Wahab’s and Rahul Rao’s text indicate. We affirm that the thesis of the globalization of Culture Wars and the thesis of the implication of the neoliberal factors in the production

of homophobia are complementary and not exclusive theses. And that is how we will try to present them in this paper.

Keywords: African context; Sexual dissidence; Evangelical fundamentalism; Culture Wars; Neoliberalism.

GUERRAS CULTURALES, FUNDAMENTALISMO EVANGÉLICO Y NEOLIBERALISMO:

la situación de las minorías sexuales em contextos africanos

Resumen

investigaciones recientes mostraran que la expansión de las guerras culturales hacia el continente africano y el impacto de este proceso en la “politización de la sexualidad” (KAOMA, 2014). Kapy Kaoma discute el fenómeno de la proliferación de iglesias evangélicas en muchos de los países africanos de ex colonización británica. Estas iglesias, muchas de las cuales son originarias de los Estados Unidos estarían animadas por una agenda ultraconservadora sobre género y sexualidad y fundamentadas en la hostilidad hacia las cuestiones feministas y de derechos sexuales. Discutiremos entonces, el termino guerras culturales, sus usos y significados en el contexto político norteamericano y como una estrategia de la derecha cristiana. Procuramos también fornecer una comprensión mas ancha del perfil de la derecha cristiana norteamericana y de sus principales agendas en los Estados Unidos y en África. Todavía, la tesis de las guerras culturales y su expansión hacia el continente africano tiene que ser complementada considerando los impactos políticos y económicos del neoliberalismo, en muchos de los países tocados por ondas del pánico moral y de homofobia, como sugieren los textos de Amar Wahab y Rahul Rao. Afirmamos que la tesis de la globalización de las guerras culturales y la tesis de la implicación del fator neoliberal en la producción de la homofobia son teses complementares y no excluyentes. Es así que queremos presentarlas en este texto.

Palabras-clave: contextos africanos; disidencia sexual; fundamentalismo evangélico; guerras culturales; neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Os últimos anos têm sido de profundas mudanças para pessoas de sexualidade e gênero não conformes na África. Várias leis, legislações, tradições e o fundamentalismo religioso têm sido reforçados para policiar e regular identidades de gênero e sexualidades não normativas. Leis coloniais em códigos penais, as comumente conhecidas como leis de sodomia, criminalizaram os também chamados atos sexuais não naturais. Nós temos visto como estas leis continuam a existir nos tempos pós-coloniais – sustentadas e promovidas mais recentemente, no começo dos anos 90, pelo surto anti-homossexualidade (*sic*) do presidente zimbabuano, repercutindo nos países vizinhos e para as pontas orientais e ocidentais do continente. Em alguns países (exemplos correntes incluídos são Uganda, Gâmbia e Nigéria), tal legislação visa a eliminar pessoas julgadas homossexuais e transexuais por meio de aprisionamento, pena de morte ou condições sociais duras, assim como ostracismo, estupro ou até mesmo assassinato (MATEBENI e PEREIRA, 2014, p. 7)

Assim escrevem Zethu Matebeni e Jabu Pereira, na introdução à coletânea *Reclaiming Afrikan*, apontando para o fenômeno da criminalização e penalização de pessoas sexualmente dissidentes em vários países da África. Os casos de Uganda e da Nigéria são internacionalmente conhecidos pelas tentativas de promover projetos de leis que levassem ao aprisionamento perpétuo e até à morte de homossexuais. Outros países africanos, especialmente da África de ex-colonização britânica, onde já existiam as chamadas leis antissodomia da época vitoriana, que os colonizadores britânicos exportaram para as colônias, tentaram embarcar na promoção de novas leis que radicalizassem as antigas.

Diante desta situação, se multiplicaram, no mundo ocidental, discursos homonacionalistas que enfatizam a homofobia como um mal propriamente africano. Desta forma, a “história única da homofobia africana” (NDASCHE, 2013) se espalha nas comunidades LGBT euro-americanas e torna impossível o que Chimamanda Adiche chama, com as palavras de Chinua Achebe, “um equilíbrio de histórias” (*apud* ADICHE, 2019, p. 28). Na mesma direção, a socióloga Muna-Udbi Abdulkadir Ali questiona, a partir do caso da Somália, os discursos e o ativismo anti-homofobia e em prol dos direitos humanos LGBT como expressão do imperialismo gay e denuncia seu caráter homonacionalista que “reforça uma forma de sexualidade baseada na epistemologia ocidental. Como resultado, todas as outras formas de sexualidade e de práticas sexuais são marginalizadas e rejeitadas como pré-modernas, barbáricas, selvagens e não-liberadas” (ALI, 2017, p. 3). Um dos documentos mais eloquentes que retrata o discurso homonacionalista ocidental sobre a ‘homofobia africana’ é o documentário de Scott Mill, produzido pela BBC, *The World’s Worst Place to Be Gay*, no qual os ugandenses são representados como “vítimas passivas e desamparadas, sem nenhuma capacidade de agir. O desequilibrado filme retrata a perfeita oposição entre a sexualidade ocidental moderna e civilizada e a África atrasada e incivilizada: o arquetípico ‘nós’ contra ‘eles’” (TAMALE, 2013, p. 37).

Uma leitura mais acurada e aprofundada nos ajuda, porém, a contestar esta ideia de uma homofobia originariamente e profundamente africana. De fato, se na África existe, certamente, homofobia, esta não é uma prerrogativa das culturas africanas e dos povos africanos, como a retórica homonacionalista da mídia ocidental repete incessantemente. A história e a atualidade do continente africano revelam a existência de uma trama mais complexa das formações homofóbicas às quais assistimos nas últimas décadas. Muitos estudiosos têm mostrado como as raízes das atuais atitudes homofóbicas, manifestadas por líderes políticos e religiosos africanos, afundam na época da colonização e reatualizam, particularmente, o Código Penal colonial britânico, que já criminalizava e penalizava a ‘sodomia’ como um ‘ato contra a natureza’ (GEVISSER, 2010; CHITANDO e van KLINKEN, 2016; MSIBI, 201). A narrativa da ‘homofobia africana’ é, hoje, particularmente desafiada por estudiosos e militantes africanos que, recentemente, apontaram para o papel de igrejas evangélicas e neopentecostais, muitas das quais têm poderosos laços com congregações norte-americanas da Renovação e com os interesses do conservadorismo cristão estadunidense, na disseminação de discursos homofóbicos e mesmo na promoção dos projetos de lei contra a homossexualidade em vários países do continente africano. Esta tese foi afirmada por Kapy Kaoma, teólogo e pastor anglicano de Zâmbia, que defende os direitos das minorias sexuais na África. Kaoma apresentou dois significativos relatórios sobre o assunto (2009 e 2012). Nestas contribuições, o pastor zambiano aponta para o fato de que igrejas evangélicas e neopentecostais norte-americanas estariam exportando as guerras culturais estadunidenses em contextos do Sul global e, particularmente, na África de ex-colonização britânica. Kaoma enxerga, assim, a situação das minorias sexuais africanas na perspectiva do neoimperialismo norte-americano, que se manifesta na

globalização das guerras culturais e na imposição de uma visão política e moral conservadora e patriarcal, própria da ultradireita cristã estadunidense.

Neste texto, queremos apresentar uma análise da tese da expansão das guerras culturais norte-americanas e seu impacto na politização da sexualidade no continente africano. Para isso, discutiremos o termo *guerras culturais*, sua utilização e seu significado no contexto político norte-americano e, em particular, como estratégia da direita cristã. A tese das guerras culturais e de sua globalização e expansão para o continente africano deve, porém, ser complementada pela consideração dos impactos políticos e econômicos do neoliberalismo em muitos dos países tocados pelas ondas de pânico moral e homofobia, como nos indicam os textos de Amar Wahab (2016) e Rahul Rao (2015 e 2020). Colocando o foco no discurso sobre a defesa ou negação dos direitos humanos corremos o risco de enfatizar “a dimensão legal/política em detrimento da justiça social e econômica” (WAHAB, 2016, p. 703). Afirmamos que a tese da globalização das guerras culturais e a tese da implicação do fator neoliberal na produção da homofobia são teses complementares e não excludentes. E é assim que tentaremos apresentá-las neste texto.

Em continuidade com pesquisas que publicamos anteriormente, este estudo baseia-se no método bibliográfico e apresenta um levantamento de literatura sobre o tema das guerras culturais em contextos africanos e seus impactos sobre as condições das minorias sexuais, incluindo uma análise das desigualdades econômicas e dos efeitos das pressões neoliberais enquanto fatores que também interferem no processo de politização da sexualidade.

GUERRAS CULTURAIS EM CONTEXTOS AFRICANOS

Partimos das considerações de Kapyra Kaoma segundo quem a “politização da sexualidade” (2014) e das pautas ligadas à dissidência sexual remete à dimensão da globalização das guerras culturais estadunidenses, através das quais a direita cristã expande seus discursos de ódio antifeministas e anti-homossexualidade e persegue interesses hegemônicos no continente africano. Deste modo, a postura de muitos líderes religiosos e políticos africanos, considerada enquanto expressão de instâncias locais, de especificidades culturais, religiosas e identitárias africanas, pode ser, de fato, considerada, em sua boa parte, como a expressão de uma construção discursiva importada, que expressa uma agenda política estrangeira, a da direita cristã estadunidense e sua manifestação nos movimentos evangélicos da Renovação. Prolongando as suas análises em um texto de 2014, Kaoma aponta para o “paradoxo entre as reivindicações locais e globais na política sexual” (KAOMA, 2014, p. 2), e continua afirmando que “a oposição da África às relações entre pessoas do mesmo sexo demanda uma análise de conjuntura. Várias forças da globalização (...) influenciam, em certa medida, e formam a política sexual na África subsaariana”, (*idem*).

Para definir a estratégia da direita norte-americana, seus discursos e suas táticas na radical oposição aos direitos das minorias sexuais e sua atuação no continente africano, Kaoma utiliza o termo de “guerras culturais” e aponta para a origem norte-americana deste fenômeno. Na mesma direção, o intelectual sul-africano, Mark Gevisser, explica que muito

do conteúdo na condenação da homossexualidade por parte do cristianismo africano foi, de fato, forjada e formada nos Estados Unidos, onde, durante ao menos três décadas, políticos conservadores têm usado a Bíblia e empregado estas mensagens em busca do poder político. Isso desencadeou o que foi chamado, nos Estados Unidos, de guerras culturais. O cristianismo político tem suas raízes,

especialmente, na política da ala direita do Partido Republicano, da caça-às-bruxas de McCarthy, através Ronald Reagan, até George W. Bush; o Tea Party é a sua última encarnação (GEVISSER, 2010, p. 12).

Outros estudiosos e ativistas africanos têm indicado este fenômeno do engajamento de grupos religiosos estrangeiros, em particular, os evangélicos norte-americanos, em promover legislações repressivas da homossexualidade em vários países do continente africano (KATO, 2013; BLESSOL, 2013; EKINE, 2016; COLY, 2013). O grupo ugandense *Sexual Minorities Uganda* (SMUG) chegou a processar, em 2012, o pastor norte-americano Scott Lively, acusando-o de crimes contra a humanidade ao ter instigado os ugandenses à violência homofóbica (WAHAB, 2016), durante a visita que ele fez em Kampala em 2009, pouco antes do deputado David Bahati ter introduzido no parlamento ugandense o Projeto de Lei Anti-homossexualidade. Scott Lively e outros militantes evangélicos estadunidenses, como Lou Engle e Rick Warren, têm de fato participado de um seminário em Kampala, no início de 2009, com o objetivo de se opor, com todos os meios, ao que eles chamam de agenda gay (KAOMA, 2012).

Certo é que entre xs acadêmicsxs e militantes do continente africano, nem todo mundo concorda com as conclusões de Kaoma. Contudo, seria difícil negar a presença do evangelismo norte-americano e sua influência na vida social de muitas capitais africanas. Como escreve a feminista ugandense, Sylvia Tamale, sobre as estradas de Kampala e os hábitos dos ugandenses,

outros interessantes novos desenvolvimentos têm acontecido nas estradas de Kampala nos anos recentes: pregadores nas esquinas frenéticas das ruas expõem com megafone a Palavra de Deus; lugares de culto e centros espirituais crescem como cogumelos, muitos dos quais especializados na mensagem da prosperidade; fraternizações na hora do almoço em escolas e locais de trabalho e o fenômeno das rezas durante toda a noite. Uma rápida pesquisa no resto do continente revelaria modelos semelhantes em muitos outros países africanos e apesar desses desenvolvimentos serem supostamente exteriores ao que comumente entendemos como democracia e discurso político, é minha consideração que eles têm todos a ver com os temas do governo e da ordem política no continente (TAMALE, 2013, p. 32).

Embora Sylvia Tamale afirme um certo distanciamento da posição de Kaoma e declare não concordar com a ideia segundo a qual “a atual campanha antigay na África seria produzida no exterior” (TAMALE, 2013, p. 34), ainda reconhece o peso que, em um país como Uganda, teve a presença de organizações religiosas de cunho fundamentalista, ligadas à direita evangélica norte-americana (como Family Life Network), na promoção do Projeto de Lei Anti-homossexualidade em 2009 (TAMALE, 2013).

Nos Estados Unidos, o debate sobre a presença dos conservadores cristãos na África atravessa não somente o mundo acadêmico, mas também a imprensa e a sociedade. No dia 18 de março de 2015, o jornal *The Guardian* publicou um artigo sobre a ação dos evangélicos americanos na África, apontando para a ambiguidade desta presença que, além de manifestar uma intensa atividade de obras de beneficência e de ajudas, promove a intolerância contra as minorias sexuais. A exportação da agenda conservadora é como a outra face da medalha da exportação de obras de caridade. A reportagem se concentra sobre a realidade do Sul do Sudão, uma área particularmente devastada pela guerra entre cristãos e muçulmanos, mas algumas das análises podem se aplicar para outros contextos africanos. O autor da reportagem aponta para o fato de que

As igrejas evangélicas estadunidenses vão para a África para vencer as batalhas que estão perdendo em casa. Muitas dentre elas concordam com o movimento dominionista que apoia a transformação de governos seculares em teocracias cristãs. Eles pressionam as ONGs para que não aceitem que os cristãos contraiam casamentos com pessoas do mesmo sexo. Os missionários têm atravessado as distâncias e as amplitudes da África, durante séculos, de forma que esta campanha americana do século XXI é somente a última de uma longa lista de influências estrangeiras (...). Esta atitude reflete a agenda social de muitas organizações evangélicas que têm ao mesmo tempo uma agenda de caridade e uma agenda ideológica(<https://www.theguardian.com/world/2015/mar/18/us-evangelicals-africa-charity-missionaries-homosexuality>).

O artigo traz a fala do reverendo Jackson George Gabriel, da igreja episcopal do Sul do Sudão e do Sudão, que testemunha de como o ramo norte-americano desta igreja convida incessantemente as populações locais a se oporem de maneira firme contra a homossexualidade e a cortar laços com igrejas estrangeiras que endossem a defesa dos direitos das minorias sexuais, rejeitando seus financiamentos.

A tese das guerras culturais e da influência da direita cristã norte-americana é amplamente retomada e apresentada pelo magazine LGBT norte-americano, *Avocate*, no auge da crise em Uganda (NYONG'O, 2013). Como reporta o crítico cultural afro-americano, Tavia Nyong'o, a capa daquela revista do número de setembro de 2010 apresenta o título provocador: "Get out of Africa" e um artigo de Jeff Sharlet, "Dangerous Liaisons" (2010), documenta e denuncia os vínculos dos Estados Unidos com a onda homofóbica em Uganda e em outros países africanos.

Mais recentemente, em ocasião das últimas eleições norte-americanas, uma reportagem da BBC News destacou a notícia de que os evangélicos africanos, em particular, na Nigéria e no Quênia, rezaram pela vitória de Donald Trump. E isso apesar das afirmações preconceituosas do próprio Trump sobre a África. Como reporta o teólogo camaronês, Davis Tonghou Ngong, professor no Alabama, semelhante

apoio para Trump é chocante dado que ele tem menosprezado os países africanos e expresso o que pode ser chamado de sentimentos racistas sobre eles. Que os cristãos africanos estariam apoiando uma pessoa que abertamente pouco cuida deles chocou muitos como sintomático das maneiras com que a cristandade conduz os africanos a militarem contra seus próprios interesses (NGONG, 2020, s/p)¹

A matéria da BBC News aponta que tais evangélicos africanos são contra o aborto, contra os direitos das minorias sexuais e a favor da política neoimperialista do Estado de Israel, ou seja, eles representam os interesses e as pautas da direita cristã norte-americana, representada pela administração Trump.

Conforme destaca Mark Gevisser, no texto já mencionado, o "paradigma das guerras culturais globais" [2010, p. 22] poderia ser alvo da crítica segundo a qual ele negaria "a agência das populações de países como Uganda e Ucrânia" (GEVISSER, 2010, p. 22), ou seja, dos países – não somente africanos – para os quais tais guerras culturais teriam sido exportadas.

¹ Não queremos, porém com isso insinuar uma visão estática e homogênea do movimento evangélico e pentecostal, no continente africano, onde a história deste movimento é bem mais complexa e por certo irredutível à influência da direita cristã norte-americana e sua agenda anti-homossexualidade (CHITANDO e van KLINKEN, 2016; van KLINKEN, 2017). Em um estudo recente no Quênia, van Klynken (2017) demonstra que o cristianismo evangélico e as pautas LGBT, na África, não são sempre opostas e inconciliáveis, como pretende afirmar a narrativa da homofobia africana de inspiração cristã.

Nesta linha, as contribuições de Tavia Nyang'o e de Mary-Jane Rubenstein expressam nuances interessantes à tese da influência das missões evangélicas norte-americanas em países africanos. A este propósito, escreve Mary-Jane Rubenstein, teóloga e filósofa da religião:

Uma outra perspectiva emerge das análises que repórteres e estudiosos como Jim Naughton, Stephen Bates e Miranda Hassett têm realizado sobre as complicadas alianças entre conservadores americanos e os bispos do mundo em desenvolvimento. Como afirma Hasset, os episcopais conservadores perderam a batalha em seu próprio território (*territory*), assim, começaram a procurar apoio em outros lugares, negociando seu capital financeiro com o capital espiritual do Sul global. Estas perspectivas são cruciais para entender o que está acontecendo na Comunhão como um todo. Infelizmente, por si só, eles deixam a gente com a impressão de que, em última instância, tudo provém da Europa Ocidental e da América do Norte. Se afirmamos que os bispos do Sul estão combatendo uma batalha alheia – que estariam defendendo um evangelho que vem do Norte contra uma nova ética sexual que também vem do Norte, com os meios de uma homofobia no estilo do Norte, fortalecida com o dinheiro do Norte – então, começa a parecer como se nada fosse realmente africano, asiático ou sul-americano” (RUBENSTEIN, 2010, s/n).

Esta crítica aponta para o risco suposto de que, ao afirmar a tese das influências neoimperialistas no continente africano, seja comprometida a agência local dos governos e das populações africanas e reconhecido unicamente o papel do evangelismo norte-americano. Outros autorxs têm, também, apontado para estas críticas (CURRIER, CRUZ, 2016; MIGUEL, 2019). Por nossa parte, consideramos que o neoimperialismo faz sim parte desta história, assim como as “conexões globais” (RAO, 2020, p. 10) que interconectam o local e o global, as heranças coloniais e as lógicas do poder nos estados pós-coloniais. Por sua vez, longe de negar as responsabilidades locais, a perspectiva de Kaoma incentiva a ideia de que o continente africano precisa encontrar os seus próprios caminhos para discutir o tema da dissidência sexual e de gênero e implementar suas estratégias para o reconhecimento dos direitos destas minorias.

Com base nessas informações, podemos afirmar que a atitude de rejeição às sexualidades dissidentes, por parte de vários líderes religiosos e políticos africanos, não encarna pura e simplesmente uma atitude intrínseca às culturas ou às tradições africanas, mas que, também, está enraizada na agenda transnacional dos grupos pró-família e da direita cristã estadunidense. Amar Wahab destaca, a propósito da espectacularização da homofobia em Uganda, que “é importante pensar nessas alianças políticas evangélicas transnacionais relacionadas e como propulsoras de dinâmicas no contexto estadunidense, que desviam a atenção da explicação da homofobia como um problema intrinsecamente ugandense” (WAHAB, 2016, p. 693)².

² Reivindicar o paradigma das guerras culturais e sua exportação, e enquadrar nele o fenômeno da dita ‘homofobia africana’ não implica para nós na conclusão de que a homofobia, ou formas de rejeição das sexualidades não-heteronormativas seriam não africanas ou anti-africanas, e que seriam uma pura importação do Ocidente. As coisas são sempre mais complexas e matizadas e não consideramos pertinente nenhum mito de origem, como aquele que identificaria uma África pré-colonial sem homofobia e repressão da homoafetividade. Sobre a discussão se homossexualidade ou homofobia são ou não africanas, cfr. Amar Wahab (2016).

GUERRAS CULTURAIS NORTE-AMERICANAS E EXPANSÃO PARA O SUL GLOBAL

Kaoma, também, revela que a mesma direita estadunidense que hoje penetra nos países africanos e pretende proteger os valores da africanidade e a família africana do projeto neocolonizador supostamente encarnado pelos defensores dos direitos humanos, defendeu no recente passado os regimes coloniais brancos, o *apartheid* na África do Sul e Namíbia e adotou políticas segregacionistas e contrárias à emancipação das populações afrodescendentes nos Estados Unidos (KAOMA, 2012; RAMOS, 2012). Da mesma forma, essa direita defende um conservadorismo econômico alinhado com as políticas neoliberais e com a teologia da prosperidade, contrária à intervenção social e estatal para corrigir as desigualdades econômicas.

Também, deriva da influência do neopentecostalismo, o evangelho da prosperidade, a ideia segundo a qual, se os cristãos forem fiéis, experimentarão a prosperidade material na terra, e que a riqueza é uma medida de sua virtude. Muitos dos atores da direita cristã estadunidense na África – Pat Robertson, T.D. Jakes e Peter Wagner – pregam o evangelho da prosperidade e isso satura as famílias africanas com as ondas sonoras cristãs estadunidenses. O evangelho da prosperidade é muito popular no continente e, no entanto, é um anátema para muitos defensores dos direitos humanos, que temem que altere o papel da ação social e governamental em desafiar os males econômicos (KAOMA, 2012, p. 3).

Nessa altura, precisamos discutir mais analiticamente o conceito de guerras culturais, um conceito bastante utilizado para o estudo dos debates políticos estadunidenses ao longo da segunda metade do século XX e no início do século XXI. A lógica das guerras culturais implica que questões de costumes e de ordem moral passem a ter um maior destaque, no debate político de diversas nações, do que as questões de ordem mais técnica, econômico-políticas, opondo um conservadorismo de natureza moral e religiosa a uma visão mais laica, progressista e inclusiva. Conforme destaca o sociólogo norte-americano, Andrew Hartman, desde os anos 1960, as guerras culturais aparecem, nos Estados Unidos, com a oposição da ala conservadora às lutas travadas pelas minorias sexuais, pelas minorias racializadas, pelas mulheres e por outros grupos marginalizados, que pautam uma América “mais plural, mais secular e mais feminista” (HARTMAN, 2019, posição 137)³ e contestam o modelo essencialista da “América normativa” (HARTMAN, 2019, posição 137), até então dominante.

O termo ‘guerras culturais’ tem uma certa popularidade nos Estados Unidos para indicar a clivagem cultural e política norte-americana entre os defensores dos valores tradicionais da família, da religião cristã e das hierarquias sociais, raciais e de gênero a partir das quais tinha sido edificada a velha América, e os defensores dos novos valores de integração e de laicidade, derivados dos movimentos pelos direitos civis, do feminismo, dos movimentos LGBT. Essas guerras culturais tocam questões sensíveis como aborto, direitos homossexuais, valores familiares, integração e multiculturalismo, feminismo, educação sexual, censura ou a adesão ao modelo ocidental (HARTMAN, 2019). Uma das primeiras publicações a tornar comum este termo na linguagem política foi um livro publicado em 1991, *Culture Wars: the Struggle to Define America*, de James Davison Hunter. Em outro livro

³ O termo posição indica a localização no Kindle Reader.

mais recente, Andrew Hartman (2019) define as guerras culturais como “a guerra pela alma da América”. Escreve este autor:

O abismo que separava aqueles que abraçaram a nova América daqueles que a enxergam como ameaçadora – aqueles que tentavam alimentá-la versus aqueles que tentavam fazê-la voltar atrás – desenhou os contornos das guerras culturais. O sociólogo James Davison Hunter colocou isso em seu importante livro de 1991 *Culture Wars*: ‘nossas fundamentais ideias sobre quem nós somos como americanos em disputa’ (HARTMAN, 2019, posição 63).

O livro de Hartman retrança a história das guerras culturais norte-americanas nas suas diversas fases, a partir do desenvolvimento dos movimentos da contracultura dos anos 1960 que contestaram a visão tradicional dos Estados Unidos. Ele apresenta os diversos debates e seus intérpretes, reconstruindo minuciosamente os movimentos e suas reivindicações. Em particular, Hartman destaca a importância das questões de gênero e de sexualidade, aborto, direitos LGBT, feminismo na formação das guerras culturais e analisa as estratégias da direita cristã para conter a dissolução das normas tradicionais. “Os americanos normativos se comportam de maneira conforme a rígidos papéis de gênero” (HARTMAN, 2019, posição 115) e se adequam a valores heterossexuais, brancos e cristãos. O livro de Hartman, porém, não traz à tona o tema da globalização das guerras culturais e, particularmente, a estratégia de sua exportação em direção ao Sul Global. Ou seja, não está aqui posta a questão do reverso neoimperialista da lógica das guerras culturais.

As guerras culturais são, também, guerras políticas, como insinua a jornalista estadunidense Katherine Stewart (2020). A autora apresenta a direita religiosa ou, como ela prefere falar, o nacionalismo religioso, como um fenômeno de ordem eminentemente política.

Muitos americanos continuam a considerá-lo um movimento cultural centrado em um conjunto de temas sociais como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, preocupado com conflitos simbólicos sobre monumentos e rezas. Mas, a direita religiosa se tornou mais incisiva e poderosa, mesmo se ela é provavelmente menos representativa (STEWART, 2020, p. 3).

Nesse sentido, se trata para esta autora de um movimento mais político do que social, cultural ou mesmo religioso. “É um movimento político, e seu último objetivo é o poder”, (*idem*). Além de perseguir a refundação dos Estados Unidos “em acordo com a lei bíblica” (STEWART, 2020, p. 2), a direita cristã defende uma política neoliberal, fundamentada na teologia da prosperidade e centrada na redução do papel social do Estado.

DIREITA CRISTÃ ESTADUNIDENSE ENTRE CONSERVADORISMO E NEOFASCISMO

Nessa direção, nos propomos também, fazer uma análise mais detalhada da direita cristã estadunidense e de seus pilares ideológicos e políticos assim como dos principais interesses que a moveram, ao longo de mais de cinquenta anos de guerras culturais nos Estados Unidos. Nos propomos investigar as características desse movimento entre os grupos de extrema direita, fundamentalistas e anti-gênero que compõem a atual cena política internacional.

A direita cristã estadunidense constitui um movimento autoritário e profundamente conservador, no limite, fundamentalista. Como escreve Mokhtar Bem Barka, americanista da Universidade de Valenciennes, na França, o termo Direita Cristã

designa uma coalizão heteróclita, prevalentemente evangélica, que reúne uma multitude de movimentos político-religiosos e de grupos de pressão visando a uma ação política comum. Assim como Jerry Falwell, Tim LaHaye, Pat Robertson, Gary Bauer, ou ainda James Dobson, a maioria de seus dirigentes são pastores sulistas de confissão evangélica e/ou fundamentalista, mesmo que nem todos os evangélicos adiram sistematicamente às teses da direita cristã (BEM BARKA, 2004, p. 61).

Em seu livro *The Antigay Agenda*, Didi Herman define, por sua vez, a expressão direita cristã como “uma coalização de organizações das quais podemos falar, de modo geral, como um movimento dominante, baseado, na sua maioria, em um protestantismo evangélico conservador” (HERMAN, 1997, p. 132). A autora se concentra, em particular, nas políticas e nas ações pró-família e na agenda de enfrentamento do movimento gay, que caracteriza a direita cristã.

Pode ser interessante destacar que, apesar da visão política e ideológica profundamente conservadora deste movimento, Didi Herman prefere não o qualificar de “fundamentalista”, considerando que os termos “conservador” e “ortodoxo” o definem de forma satisfatória (HERMAN, 1997). Não consideramos suficientes os argumentos de Didi Herman nesse aspecto, pois ela assume esta posição no intuito de preservar seus interlocutores da pesquisa de campo, dado que o termo “fundamentalista” teria uma conotação negativa. Pensamos que uma leitura teórica mais contundente seja necessária para esse ponto. Nessa direção, mencionamos o estudo de Mokhtar Ben Barka, que inclui o fundamentalismo como uma das componentes da direita cristã. Escreve o estudioso:

Nem seita, nem denominação, o fundamentalismo é uma corrente difundida, heterogênea e transconfessional, que atravessa uma pluralidade de igrejas de diferentes confissões (...). Isso quer dizer que o fundamentalismo não é outra coisa do que um radicalismo evangélico e que, de outro lado, se todos os fundamentalistas são evangélicos, nem todos os evangélicos são fundamentalistas (BEN BARKA, 2004, p. 59).

Segundo Mokhtar Ben Barka, a ala fundamentalista se caracteriza pela defesa da tradição e pela total rejeição da modernidade, em nome de uma interpretação literal das Escrituras, consideradas como absolutamente infalíveis. Mas também se caracteriza “por uma escatologia pré-milenarista, catastrofista, que visa a reconduzir o reino de Deus na terra” (BEM BARKA, 2004, p. 59). Estas imagens apocalípticas descritas no livro das Revelações são interpretadas como uma descrição fiel do “fim dos tempos”, precedido por uma fase em que o mundo cairá em numerosas violências, guerras e destruições que culminarão com o retorno de Cristo e com a separação dos crentes dos não crentes, (HERMAN, 1997). A associação entre redenção, purificação e violência é uma constante nas doutrinas teológicas da direita cristã. Embora, como destacado por Didi Herman, o dispensacionalismo pré-milenial seja a doutrina teológica predominante entre os conservadores protestantes e a direita cristã, ela aparece também, em muitos casos, combinada com a doutrina pós-milenial, segundo a qual a segunda vinda de Cristo está subordinada ao domínio cristão na terra e à construção do Reino de Deus por parte dos homens. Ou seja, como explica Herman, isso implica que “o reino de Deus será estabelecido na Terra, antes da segunda chegada de Cristo”, (HERMAN, 1997, posição 1808). O pós-milenarismo, também chamado de

dominionismo, implica de fato uma visão teocrática do Estado e da atuação dos cristãos. E na imaginação de muitos americanos da direita cristã, este Estado teocrático se confunde com os Estados Unidos que, segundo Pat Robertson, serão poupados “da tribulação, mas somente se o cristianismo afirmar seu domínio” (HERMAN, 1997, posição 1828). Ou seja, nessa perspectiva, os Estados Unidos estariam voltados a se tornarem o modelo de Estado cristão, um estado teocrático destinado a dominar o mundo. A componente nacionalista é parte do projeto dominionista, segundo o qual o “mundo deve ser subjogado e governado pelos Estados Unidos cristãos” (HEDGE, 2007, p. 12).

Estas considerações colocam, para nós, a questão do papel e da posição da direita cristã estadunidense entre os atuais movimentos direitistas mais radicais. A este propósito, cabe mencionar a tese do jornalista Chris Hedge que define a direita cristã como um movimento fascista, cujas obsessões apocalípticas encarnam uma visão violenta, belicosa e autoritária do mundo. No livro intitulado *American Fascists. The Christian Right and the War on America*, este jornalista e intelectual estadunidense aponta para a corrente reconstrucionista ou dominionista da direita cristã, que ele compara, em muitos dos seus aspectos, com um movimento totalitário e fascista.

Nascido da teologia conhecida como reconstrucionismo cristão, o dominionismo tenta politizar a fé. Como todos os movimentos fascistas, tem a crença na dimensão do mágico junto com a adoração do líder e o apelo veemente para a supremacia moral e espiritual da raça superior, neste caso dos cristãos americanos (HEDGE, 2007, p. 10).

Como acontece com os movimentos de cunho fascista, os militantes cristãos radicais “atuam através de sentimentos viscerais” (HEDGE, 2007, p. 11) e rejeitam qualquer forma de dúvida, questionamento ou dissenso. “Eles são ensinados a obedecer. São desencorajados da análise crítica, do questionamento e do pensamento independente” (HEDGE, 2007 p. 26). Hedge insiste na fabricação de mentiras por parte deste movimento, impostas aos gritos e marteladas pela força de poderosas emissoras. A fabricação de mentiras e a procura do conforto de supostas certezas inquestionáveis faz parte da mesma dinâmica através da qual a responsabilidade individual é transferida e abdicada em favor do líder. Os militantes da direita cristã, como Pat Robertson, Jerry Fallwell ou James Dobsons, nos conduzem “para atrás, em um mítico paraíso, para uma felicidade e uma segurança impossíveis e inalcançáveis, imediatamente sedutoras e ‘empoderantes’. Nos pedem para lhes entregar a escolha moral e a responsabilidade” (HEDGE, 2007, p. 9). Ao apresentar os fundamentos doutrinários do dominionismo e da direita cristã, Hedge insiste em como estes estão voltados para produzir um “mundo místico de sinais” (HEDGE, 2007 p. 35), feito de milagres, de certezas morais e de imediatez, um “mundo místico de intuição, um mundo que não é mais baseado na realidade, um mundo de magia” (p. 36).

Além disso, o que mais caracteriza este movimento é uma estética da violência em diferentes níveis, a começar pelo “fascínio pela violência apocalíptica” (HEDGE, 2007, p. 28) e pela retórica da guerra, através das quais os ‘soldados de Deus’ eliminarão os não crentes e os ‘inimigos’. Tais imagens apocalípticas, inspiradas em uma violência purificadora e voltadas para formar, excitar e orientar as paixões dos adeptos têm a função de facilitar a violência como prática social e política. “As massas são envolvidas na linguagem sedutora da violência – conclui Hedge – que rapidamente conduz a atos de violência real” (HEDGE, 2007, p. 31).

A agenda da direita cristã que culmina na instauração do Estado teocrático comporta a eliminação dos sindicatos, das escolas públicas e a revogação dos direitos civis. Nessa linha,

as mulheres são relegadas ao papel de mães e de donas do lar e devem ser removidas do mercado de trabalho, (HEDGE, 2007). Os movimentos autoritários e fundamentalistas são sempre animados pela hipermasculinização de seus líderes e pelo culto da masculinidade. Eles também se baseiam em binarismos radicais que tornam impossível, dentro deste referencial doutrinário, qualquer análise crítica em termos de gênero. Este mundo rígido, de posições e papéis fixos e preestabelecidos produz a ilusão de certeza, estabilidade e previsibilidade para quem nele acredita.

Este mundo binário petrificado, de papéis fixos e imutáveis é um mundo no qual as pessoas (...) podem sepultar suas personalidades caóticas e fragmentadas e viver com a ilusão de que são fortes, plenas e protegidas. Aqueles que não se encaixam, que não são subservientes aos homens (*males*) cristãos dominantes devem ser objeto de proselitismo, convertidos e curados (se forem gays ou lésbicas) através da terapia dos charlatães. Se permanecerem recalcitrantes, devem ser silenciados. O declínio da América é descrito como o declínio da valentia masculina. Este declínio levou à fraqueza e à decadência moral. Isso resultou em uma complexidade humana e social desconcertante que, em muitos casos considerada como feminina, é obra de Satã. Através da submissão ao líder cristão e ao poderoso deus masculino, que destruirá aqueles que se comportarem indevidamente, os seguidores evitam se relacionar com a vida (HEDGE, 2007, p. 80).

As imagens apocalípticas e da guerra são recorrentes nas campanhas da direita cristã contra o movimento homossexual e na pauta antigay, que constitui um elemento prioritário da agenda política da direita cristã (HERMAN, 1997). O movimento gay é apresentado como um movimento agressivo e poderoso que implica um risco para a cultura americana e ocidental. Há de se constatar que a política antigay da direita cristã é elaborada a partir do esquema da oposição absoluta entre amigo e inimigo, onde o último é construído como puro adversário com o qual “a única forma possível de disputa política é a guerra” (STANLEY, 2020 *apud* FINCHELSTEIN, 2020, p. 43). Podemos citar, neste caso, a chamada literatura antigay que, como argumenta Didi Herman, é um gênero bastante desenvolvido no campo da direita cristã. O movimento gay é de fato aqui apresentado como um inimigo poderoso e perigoso contra a qual é preciso se armar para a guerra.

Na tentativa de colocar os direitos gays como uma prioridade nacional cristã, este gênero literário tende a compartilhar algumas temáticas-chaves. A mais proeminente dentre elas é a de que os ‘americanos ordinários’ estão em estado de guerra (...). O inimigo é profundamente poderoso; é um inimigo que persegue de maneira invisível a sua presa (...) e, ao mesmo tempo, está fora nas ruas, brigando de forma agressiva e visível para a sua supremacia (o militante). Neste cenário, é agora ou nunca mais, o momento de pegar as armas de Jesus (HERMAN, 1997, posição 640).

Para aprofundar este aspecto, seguimos as análises de Didi Herman sobre como a direita cristã veio a representar a homossexualidade e o homossexual, em particular, o homem gay. A homossexualidade é associada ao pecado e, de início, ao pecado de Sodoma, comportamento voluntário que Deus puniu com a destruição da cidade. Mais uma vez, encontramos o imaginário da violência apocalíptica e da destruição dos supostos inimigos. Este imaginário se intensifica na descrição do comportamento homossexual, particularmente masculino, como portador de doenças e de degeneração. Como vimos, na lógica totalitária da direita cristã, aos inimigos é negada qualquer participação no universo moral (HEDGE, 2007) de forma que eles são “enxergados através destas lentes envenenadas, como mutações

poluentes e virais, que devem ser erradicadas para parar a ulterior infecção e degeneração na sociedade” (HEDGE, 2007, p. 31). E isso se torna evidente, mais uma vez, no imaginário de promiscuidade, perversão, sedução, predação presente na construção do comportamento homossexual por parte da direita cristã. Desta forma, ao apresentar o comportamento homossexual e particularmente a agenda militante do movimento gay como animados pela vontade de seduzir, roubar e perverter crianças e jovens, a direita cristã manifesta e reproduz a ideia de uma “conspiração homossexual” (HERMAN, 1997, posição 827). Didi Herman considera esta visão conspiratória como algo que remete a históricos discursos antisemitas que acusavam os judeus de constituir uma elite poderosa e rica. A autora fala de um “processo de racialização” (posição 1205) dos gays, no sentido de que eles seriam “judaizados”, (*idem*) nos discursos da direita cristã, através do mito segundo o qual constituiriam uma elite poderosa, rica e gananciosa. Ou seja, como explica Herman, se trata de pensar

como esta construção da ganância gay deriva (*draws form*) e reproduz (*plays to*) uma mentalidade preexistente que simpatiza com a visão segundo a qual a América estaria controlada por uma elite rica, ansiosa de promover a sua própria agenda (HERMAN, 1997, posição 1216).

Nos delongamos na apresentação da direita cristã norte-americana, pois muitas das suas características (pré-milenarismo, dominionismo, teologia da prosperidade, infalibilismo das Escrituras, intolerância e fundamentalismo) estão presentes nos movimentos evangélicos africanos que perpetuam uma agenda similar contra as minorias sexuais.

NEOLIBERALISMO, DESIGUALDADES ECONÔMICAS E EVANGELHO DA PROSPERIDADE

Se as análises até aqui apresentadas permitem explicar a força desses grupos religiosos e políticos, e seu poder de penetração no continente africano, ainda é preciso aprofundar o porquê de tanta adesão nas sociedades e nas populações africanas. Para isso, consideramos importante completar as análises em termos de exportação de guerras culturais com a análise dos fatores socioeconômicos ligados à implementação de políticas neoliberais em vários países da África. O cientista político e teórico queer pós-colonial, Rahul Rao, tem apontado para os efeitos nefastos da aplicação de tais políticas neoliberais (RAO, 2015). Segundo Rahul Rao, o fator econômico e a intervenção de políticas neoliberais, em vários países africanos, ao mesmo tempo tocados pelas ondas do pânico moral em relação às sexualidades não normativas, poderiam explicar de forma mais convincente o porquê da vasta adesão popular aos discursos homofóbicos, uma adesão que vai bem além das elites políticas e religiosas diretamente interessadas nas campanhas anti-homossexualidade. Segundo Rao, a homofobia não constitui um fenômeno unicamente cultural, conforme pensa a leitura homonacionalista, mas implica, também, a consideração de motivos econômicos e sociais, como a imposição das políticas neoliberais, que formam as “condições materiais nas quais os pânicos morais homofóbicos prosperam” (RAO, 2020, p. 139).

Rao usa o termo *homocapitalismo* para tematizar a maneira com que o capitalismo tem se mostrado capaz de assimilar certos sujeitos queer, polindo-os em termos de classe, raça ou nacionalidade, e excluindo outros “através de uma política liberal de reconhecimento que evita a necessidade da redistribuição” (RAO, 2015, p. 47). Nesta esteira, argumenta que, nos últimos anos, instituições financeiras internacionais têm mostrado um particular interesse na luta contra a homofobia, como mostra a decisão do Banco Mundial de retardar um

financiamento de 90 milhões de dólares para Uganda, logo após o presidente Museveni ter passado a lei anti-homossexualidade, em 2014 (RAO, 2015; WAHAB, 2016). Escreve Rao, “enquanto as instituições financeiras internacionais não reconhecerem sua culpa parcial na mesma injustiça à qual afirmam se opor, seus esforços para atacar a homofobia nunca passarão de serem exercícios insinceros e ideológicos de pinkwashing” (RAO, 2015, p. 48). Desta forma, a homofobia é considerada para além da dimensão cultural, exigindo que sejam pensadas as condições materiais nas quais ela surge e prospera.

Nesta linha, estudando em particular o caso ugandense, Rao interpreta o surgimento do pânico moral homofóbico a partir da ação interligada dos “ajustes neoliberais estruturais e o Pentecostalismo carismático”, (*idem*). Ao reduzir a homofobia a uma questão puramente cultural, ocultando assim a presença de fatores socioeconômicos, derivantes da imposição das políticas neoliberais, o Banco Mundial e as principais instituições financeiras cooperam com a produção de pânico morais e da homofobia em vários contextos do Sul global (RAO, 2015 e RAO, 2020). Desta forma, a homofobia é entendida de “forma empobrecida que permite que o Banco [Mundial] se apresente como externo ao problema e assim como potencialmente uma força positiva, mais do que algo que é implicado na sua produção”, (RAO, 2015, p. 43). Ou seja, ao definir a homofobia em termos de discriminação e de falta de reconhecimento de uma identidade cultural, o Banco Mundial elabora uma poderosa estratégia de se tirar da reta da responsabilidade pela homofobia. “Em sua conceitualização da homofobia como uma diferenciação de status, distinta das injustiças de má distribuição (...), o Banco reproduz esta manobra”, (RAO, 2015, p. 44), através da qual pretende apagar seu envolvimento na produção e alimentação da homofobia que, ao mesmo tempo, diz combater. É preciso mostrar, então, de maneira mais incisiva a relação entre as estruturas do neoliberalismo e a produção da homofobia.

Sem contestar a já amplamente documentada relação entre as igrejas neopentecostais e carismáticas e a produção de discursos homofóbicos em vários países africanos, a tese de Rao permite, de fato, mostrar a relação entre a disseminação de tais igrejas, o neoliberalismo e a homofobia. A situação de Uganda fornece um exemplo particularmente explícito desta realidade, conforme argumenta Rao, ao mostrar as profundas conexões entre a imposição das agendas neoliberais, que determinam a retirada de políticas públicas e do Estado de bem-estar, e a substituição da ação de igrejas e organizações evangélicas que assumem o protagonismo no espaço deixado vazio com a saída do Estado. E isso acontece em terrenos cruciais como saúde e educação, se beneficiando do acordo das instituições do neoliberalismo global. Explica Rao:

o Banco Mundial notou que, dado que as organizações religiosas providenciavam até 50% dos serviços sociais, em lugares como a África subsaariana, deveriam ser reconhecidas como parceiras chave no trabalho de desenvolvimento. A política do Banco, conseqüentemente, abriu espaço para, e legitimou o trabalho dos próprios atores que são os principais fornecedores do discurso homofóbico, hoje, na Uganda, (RAO, 2015, p. 46).

Com este reconhecimento, o Banco Mundial ratifica os próprios efeitos do neoliberalismo (RAO, 2015) – como a retirada do estado de bem-estar e sua substituição pela ação do evangelismo – e empodera ainda mais os grupos cujo crescimento e cuja expansão prolifera com a atrofia do Estado e de suas políticas de bem-estar social. A mesma teologia da prosperidade, professada por muitos destes grupos evangélicos (KAOMA 2012), é mais um exemplo deste entrelaçamento complexo, que favorece e alimenta, com a formação de uma mentalidade individualista e competitiva, temores e ansiedades, “muitos dos quais

relacionados diretamente ou indiretamente com a profunda insegurança econômica e com os medos do futuro (em particular no contexto da crise da AIDS), experimentados pelos ugandenses ordinários”, (RAO, 2015: 46).

Em um texto também centrado no caso ugandense, Amar Wahab discute, por sua vez, os impactos da situação socioeconômica e das pressões neoliberais na produção da homofobia, mostrando a centralidade que a família heterossexual tem assumido, neste contexto de privatização do social e de austeridade, “como um novo agente do bem-estar social” (WAHAB, 2016, p. 704) e como elemento capaz de garantir “o fortalecimento da capacidade da nação de enfrentar emergentes ameaças internas e externas” (Government of Uganda, 2009 *apud* WAHAB 2016, p. 704).

A intromissão de agências financeiras internacionais, na defesa dos direitos das minorias sexuais em África, e a política punitiva de retirada de fundos e ajudas humanitárias para países cuja legislação prevê perseguição à homossexualidade têm sido apresentadas como particularmente nefastas para as minorias sexuais nos diferentes contextos locais e como instigadoras de homofobia (COLY, 2013; EKINE, 2013; WAHAB, 2016, RAO, 2015). Citando um texto de Anna Agathangelou (2013), Wahab denuncia tais estratégias políticas por parte de governos e instituições financeiras ocidentais como “instrumentos das necropolíticas neocoloniais ocidentais que estruturam a ‘assassinabilidade’ (*killability*) (Agathangelou, 2013) e a liquidação de populações racializadas consideradas defeituosas” (WAHAB, 2016, p. 711), pois tais populações seriam supostamente intrinsecamente refratárias aos direitos humanos e aos direitos das minorias sexuais e de gênero. Desta forma, a cumplicidade neoimperialista do humanitarismo promovido por instituições neoliberais se transforma facilmente em um poderoso boomerang que retroalimenta medos e homofobia em vários contextos locais do Sul global.

CONCLUSÃO

Neste texto, procuramos mostrar a complexidade do fenômeno da politização da sexualidade em contextos africanos ao qual concorrem os investimentos do neoimperialismo ocidental, representado tanto pelo ultraconservadorismo cristão norte-americano, como pelas políticas neoliberais que, como mostrado amplamente por Rao, criam as condições sociais da proliferação da homofobia e do pânico moral. Por um lado, o argumento das guerras culturais reduz a homofobia a uma questão de cultura, por outro, as análises de Rao revelam a participação das forças do capitalismo global na produção das condições concretas nas quais a homofobia e o pânico moral sobre sexualidade se alimentam. Se argumentamos que a direita cristã norte-americana é atravessada por lógicas de ordem neofascista, e se o neoliberalismo e a direita fundamentalista têm pontos de tangência, caberia ainda investigar e questionar os reversos do sistema neoliberal – mesmo com sua fachada humanitarista - em cujas frestas florescem moralismos e ansiedades sobre decadência moral, que alimentam fantasmas fundamentalistas e mesmo neofascistas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALI, Muna-Udbi Abdulkadir. “Um-mapping Gay-Imperialism: A Post-colonial Approach to Sexual Orientation-Based Development”. *Reconsidering Development*, vol. 5, n. 1, pp. 1-20, 2017.

BLESSOL, Gathoni. “LGBTI-Queer Struggles like other struggles in Africa”. In: EKINE, Sokari; ABBAS, Hakima. *Queer African Reader*. Dakar, Nairobi, Oxford: Pambazuka Press, 2013.

BEN BARKA, Mokhtar. “La droite chrétienne ou l’itinéraire politique des évangéliques américains”. *Matériaux pour l’histoire de notre temps*, n. 75, pp. 57-64, 2004.

CHITANDO, Ezra; van KLINKEN, Adriaan. Introduction: Christianity and the politics of homosexuality in Africa. In: CHITANDO, Ezra; van KLINKEN, Adriaan. *Christianity and Controversies over Homosexuality in Contemporary Africa*. Abingdon: Routledge, 2016.

COLY, A. “Introduction (ASR Forum: Homophobic Africa)”, *African Studies Review*, n. 56, (2), p. 21-30, 2013.

EKINE, Sokari. “Beyond Anti-LGBT Legislation: Criminalization and the Denial of Citizenship”. In: BAKSHI, Sandeep; JIVRAJ, Suhraiya, POSOCCO, Silvia. *Decolonizing Sexualities. Transnational Perspectives, Critical Interventions*. Oxford: Counterpress, 2016.

EKINE, Sokari. “Contesting Narratives of queer Africa”. In: EKINE, Sokari; ABBAS, Hakima. *Queer African Reader*. Dakar, Nairobi, Oxford: Pambazuka Press, 2013.

FINCHELSTEIN, Federico. “O líder fascista como encarnação da verdade”. *Serrote*, edição especial, julho 2020.

GEVISSER, Marc. Homosexuality and the Global Culture Wars. Disponível em: <http://www.markgevisser.com/images/pdf/homosexualityandtheglobalculturewars.pdf>

HARTMAN, Andrew. *A War for the Soul of America. A History of the Culture Wars*. Chicago and London: University of Chicago Press, 2019, 2 Edition.

HEDGE, Chris. *American Fascists. The Christian Right and the war on America*. New York – London – Toronto – Sidney: Free Press.

HERMAN, Didi. *The Antigay Agenda. Orthodox Vision and the Christian Right*. Chicago – London: University of Chicago Press, 1997.

KAOMA, Kapya. *Globalizing the Culture Wars: U.S conservatives, African churches and homophobia*. Political Research Associates, 2009.

KAOMA, Kapya. *Colonizing African Values. How the U.S. Christian Right is transforming sexual politics in Africa*. Political Research Associates, 2012.

KAOMA, Kapya. “The paradox and tension of moral claims: Evangelical Christianity, the politicization and globalization of sexual politics in sub-saharian Africa”. *Critical Research on Religion*, 0(0), 2014.

KATO, David Kisule. An essay. In: EKINE, Sokari; ABBAS, Hakima. *Queer African Reader*. Dakar, Nairobi, Oxford: Pambazuka Press, 2013.

KLINKEN, Adriaan van. “Culture Wars, Race and Sexuality: A Nascent Pan-African LGBT-Affirming Christian Movement and the Future of Christianity”. *Journal of Africana Religions*, vol. 5, n. 2, 2017.

MATEBENI, Zethu; PEREIRA, Jabu. Preface. In: MATEBENI, Zethu. *Reclaiming Afrikan. Queer perspectives on sexual and gender identities*. Athlone: Modjaji Books, 2014.

MSIBI, Thabo. The Lies we have been told: on (Homo)sexuality in Africa, *Africa Today*, 58/1, 2011.

NDASHE, Sibongile. The single story of African homophobia is a dangerous for LGBTI activism. In: EKINE, Sokari; ABBAS, Hakima. *Queer African Reader*. Dakar, Nairobi, Oxford: Pambazuka Press, 2013.

NGONG, 2020: s/p, link: <https://africasacountry.com/2020/11/christianity-and-the-alienation-of-africans>

NYANG’O, Tavia. “Queer Africa and the Fantasy of Virtual Participation”. *Women’s Studies Quarterly*, vol. 40, n. 1/2, pp. 40-63, 2012.

RAMOS, Tarso. Forewords. In: KAOMA, Kapyra. *Colonizing African Values. How the U.S. Christian Right is transforming sexual politics in Africa*. Political Research Associates, p. II-III, 2012.

RAO, Rahul. “Global Homocapitalism”. *Radical Philosophy*, 194, pp. 38-49, 2015.

RAO, Rahul. *Out of Time. The Queer Politics of Postcoloniality*. Oxford University Press, 2020.

RUBENSTEIN, Mary-Jane. “Notes from the Tangled Anglican Web”. *Killing the Buddha*, 29 de março de 2010. Disponível em: <https://killingthebuddha.com/mag/tangled-anglican-web/> Visto em 30/12/2020.

STEWART, Katherine. *The Power Worshipers. Inside the Dangerous Rise of Religious Nationalism*. New York: Bloomsbury Publishing, 2020.

TAMALE, Sylvia. “Confronting the Politics of Nonconforming Sexualities in Africa”. *African Studies Review*, vol. 56, 2, pp 31-45, 2013.

WAHABI, Amar. “Homosexuality/Homophobia is Un-African? Un-mapping Transnational Discourses in the context of Uganda Anti-Homosexuality Bill/Act”. *Journal of Homosexuality*, v. 63, n. 5, 2016.

*Submetido em abril de 2021.
Aprovado em maio de 2021.*

Informações da autora:

Caterina Alessandra Rea

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – Instituto de Humanidades e Letras/Campus dos Malês – UNILAB

E-mail: caterina@unilab.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6868-6668>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9726491546177501>